

Resenha

PY, Fábio. *Crítica à baixa ecologia: Deuteronômio 5,12-15 por fios condutores sociais*. São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

*Marcos Vinicius de Freitas Reis**

O livro é fruto de pesquisas que Fábio Py desenvolveu nos últimos anos no tocante à intercessão entre religião e ecologia em alguns dos centros conceituados na área de Teologia e Ciência da Religião, por exemplo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O autor é historiador, teólogo e cientista da religião. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Sociologia do Protestantismo e do Catolicismo (Britto e Py, 2014, p. 1077-1096) e Método Religioso, além de interessantes contribuições em seus estudos na relação entre política e religião (Py, 2014, p. 54-68; Py e Pereira, 2014, p. 309-322) na contemporaneidade.

Sua militância acadêmica leva-o a definir ações a partir dos pressupostos do marxismo ocidental, se embasando em autores como Gramsci, Georg Lukács e Walter Benjamin (Py e Pereira, 2014, p. 309-322). Py, neste livro, analisa as ligações da narrativa bíblica de Deuteronômio com as questões ambientais do tempo em que foi escrito e possíveis ligações nos dias atuais. Partindo da análise exegética de alguns trechos do livro bíblico, o autor salienta que a preocupação na relação estabelecida entre homem e natureza não é algo que se iniciou no século XX, como apontam alguns estudos. O interesse na fomentação de uma consciência ecológica é algo presente em sociedades descritas no Antigo Testamento e que estava ligado a interesses das elites dominantes da época (p. 97-99).

A tentativa de normatização e regulação das questões de trabalho não é algo conquistado a partir da luta de grupos excludentes ou uma preocupação na qualidade de vida dos trabalhadores rurais da tribo de Judá no tempo do reinado

* Professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP-UFSCar/CNPq). Pesquisador do Observatório em Direitos Humanos da Amazônia (OBADH-UNIFAP/CNPq) e Líder do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP/CNPq). Email: marcosvinicius5@yahoo.com.br.

de Josias, e sim o intuito de manter a produtividade das terras que são geridas por latifundiários, anciãos e sacerdotes (p. 78). Portanto, oficializa o descanso no sétimo dia com o trabalho na terra e proíbe que homens, animais ou qualquer outra coisa ligada ao trabalho campal evite o uso da terra para que esta não tenha um desgaste rápido.

Estrategicamente, as regras foram apresentadas à população como algo vinculado ao divino, para que os trabalhadores pudessem ter aceitação rápida e fácil das novas diretrizes apresentadas pelos governantes. Isto pode ser percebido quando a narrativa descreve o descanso, no sétimo dia, de todos que de alguma forma estão envolvidos no trabalho com a terra como sendo uma vontade divina. Conforme o autor, a passagem acima expressa a simbiose entre o poder religioso e o poder político nesta época. A passagem bíblica de Deuteronômio 5,12-15 seria o resultado “de articulações entre anciãos, sacerdotes e os proprietários de terra” (p. 13). Não havia uma separação clara entre política e religião: ambas as esferas se uniam para manter o poder hegemônico construído nos últimos séculos pelos judeus e pelas elites dominantes, ou seja, isto legitima as *novas regras* inspiradas no sagrado decálogo, que era uma forma de “preservar toda a estrutura socioeconômica já consolidada no reino de Judá” (p. 68).

Neste sentido, a linguagem religiosa é, também, utilizada na relação presente-passado. Percebemos isso quando a passagem bíblica de Deuteronômio evidencia que Javé foi o responsável por libertar o povo das péssimas condições de vida quando eram escravos no Egito (p. 92). Reforça a imagem de um divino que cuida para que seu povo não passe por novas necessidades. Mas, para que isso aconteça, a população precisa seguir, exatamente, as ordens de Deus. E os direcionamentos são revelados às autoridades políticas e religiosas e transmitidas, assim, para a população (p. 69-71). Logo, o presente é caracterizado como tempo de prosperidade, bonança e de conquistas, desde que o povo siga exatamente as instruções implementadas.

Py ressalta que, em nenhum momento, os trabalhadores foram convidados ou convocados a participarem do processo de construção das normas a respeito de suas condições de trabalho, pois as orientações foram estabelecidas de forma autoritária (p. 69-71). As elites dominantes utilizaram artefatos religiosos e procedimentos burocráticos para impor à população regras de uso da terra para atender seus interesses. Mesmo em se tratando de uma obra voltada para o

público acadêmico em torno do debate da relação homem-natureza, a partir da leitura de trechos do livro de Deuteronômio, leitores que não têm vínculo com as áreas da Teologia, da Ciência da Religião ou correlatas, ao ler a obra, são capazes de compreender as contribuições elencadas pelo autor. Isto é possível, uma vez que conduz o leitor ao debate proposto pelo livro, utilizando-se de uma linguagem simples, clara e objetiva. Da introdução à conclusão da obra, o autor apresenta, didaticamente, os principais autores e teorias relativas ao debate do livro sobre Deuteronômio e suas relações com as questões ecológicas.

Para que o livro consiga atingir outros públicos, estrategicamente, Fábio Py divide sua obra em quatro capítulos. O primeiro faz uma recapitulação histórica sobre as principais contribuições que os autores e suas correntes de pensamento debatem sobre o livro de Deuteronômio. Inicialmente, mostra como autores europeus desde o século XIX, a exemplo de Julius Welhausen, A. Klostermann, Gerhard von Rad, Hans Walter Woff, dentre outros, interpretam os discursos do livro Deuteronômio (p. 21-47). Na sequência, para findar este capítulo, o autor mostra como essas contribuições foram recepcionadas por autores dos Estados Unidos (Eckart, Otto e Frank Crusemann) e como essas ideias foram apropriadas por autores ligados à Teologia da Liberação na América Latina (Carlos Mesters e Haroldo Reimer). De acordo com Fábio Py, “não se pode negar a importância da pesquisa internacional, como a literatura produzida nos países da América do Norte, os resultados das pesquisas geradas na Europa, ou ainda, esquecer a contribuição da pesquisa sobre o sábado bíblico feita pelo teólogo indiano Gnana Robinson” (p. 35). Em função de a escola apresentar, de forma sintética e geral, o pensamento de vários autores, o autor não consegue trazer para o debate contribuições mais profundas sobre a temática que ele mesmo propõe a debater em seu livro.

No segundo capítulo, utiliza o fragmento Deuteronômio 5, 12-15 para estudar as ligações da narrativa bíblica com o decálogo. Para conseguir atingir esse objetivo, Py analisa a tradução, autoria, coesão interna do texto, contexto histórico, análise de cada trecho dos versículos, de forma a evidenciar aspectos linguísticos como verbos, substantivos, sujeitos e pronomes, além da análise de sua estrutura concêntrica. Para ele, “ambas levam ao reconhecimento dos traços da coesão interna do texto, mobilizando partículas, palavras e expressões que firmam a indicação de que o texto fora transmitido como fragmento na sociedade” (p. 51).

O terceiro capítulo, este bem curto, é extremamente importante para a análise proposta pelo escritor: discutindo as principais questões no momento histórico em que o livro de Deuteronômio foi escrito. De acordo com o autor, “fatores históricos ajudaram na sua escolha, até porque, o sábado do decálogo tido em Êxodo 20 não tem tantos elementos explícitos da sociedade” (p. 66). Logo, Fábio Py problematiza os possíveis autores, como o texto foi constituído, local em que foi escrito, as razões pela escolha dos temas escritos, dentre outros fatores.

E, no último capítulo, a obra traz as intencionalidades presentes nesse fragmento bíblico, uma vez que os capítulos anteriores já esboçaram o contexto socioeconômico e histórico de Deuteronômio, a forma de escrita e a construção da narrativa bíblica (p. 73-116). Essa parte da obra esboça, claramente, os interesses das elites locais no tocante à relação homem *versus* natureza. Apesar das importantes contribuições trazidas pelo autor nesta obra, Fábio Py não desenvolve muito as possíveis relações desta passagem bíblica com a questão ambiental nos dias atuais¹. Por outro lado, as análises presentes neste livro podem ajudar outros pesquisadores a suprir possíveis lacunas na relação religião e ecologia e/ou temas derivados.

Bibliografia

BRITTO, Rossana; PY, Fábio. Luteranismo e a Inquisição no Brasil Colônia (século XVI). *Pistis & Praxis*, v. 6, 2014, p. 1077-1096.

PY, Fábio; PEREIRA, Nancy. Ecologia profunda: para uma ecologia do proletariado. *Voices*, v. XXXVII, 2014, p. 309-322.

PY, Fábio. Uma introdução ao shabbat a partir da nova história política. *Plura, Revista de Estudos de Religião*, v. 5, 2014, p. 54-68.

¹ Como o autor desenvolve no texto escrito junto a Nancy Cardoso Pereira (Py e Pereira, 2014, p. 309-322) quando explora a relação ao capitalismo com a exploração social e religiosa.

Recebida em 19/10/2015, revisada em 06/07/2016, aceita para publicação em 06/07/2016.